



O FÓRUM

Nº. 2
Maio 2008

JORNAL DAS ASSOCIAÇÕES SINDICAIS INDEPENDENTES

Neste Número

Código do
Trabalho 2008
**Uma Revisão
Clandestina**



USI
na Assembleia
da República



Notícias
Sindicais



Formação
Profissional



USI na Madeira
e na Europa



Flexisegurança
Carlos Vicente
SICOMP



Cursos
Pós-Graduação



Novos Membros
da **USI**



“O ESTADO DO PAÍS”

Intervenção do Coordenador da USI
Dr. Afonso Diz

Nota Editorial



VICTOR MARTINS
Director

O SINDICALISMO AUTÓNOMO E INDEPENDENTE É A RESPOSTA CERTA

Na sociedade portuguesa, cada vez é mais evidente a existência de um mal-estar social, um desânimo generalizado e um descrédito popular acerca dos poderes instituídos.

Também na área laboral e sindical, muitos trabalhadores vão sentindo uma grande desilusão em relação às suas associações de classe, em especial os Sindicatos.

Claro, que a maior responsabilidade por tal estado de coisas é daqueles que são eleitos para a causa pública (Parlamento, Governo, Conselhos de Concertação, Associações Sindicais e Patronais, etc. ...), que tudo prometem para os seus representados, mas logo que instalados nas cadeiras do poder se “esquecem” de assumir as responsabilidades e competências que lhes cabem pelo dever de terem sido sufragados.

As Centrais Sindicais, CGTP e UGT, por exemplo portam-se mais como correias de transmissão dos partidos políticos, como o PCP e o PS, do que Confederações activas,

responsáveis e competentes ao serviço dos trabalhadores que dizem representar.

Nos Sectores da Banca, Comunicações e Transportes (onde a USI e os Sindicatos Independentes intervém, com eficácia, na área laboral, nomeadamente na Contratação Colectiva) a fraqueza da produtividade e falta de eficácia da CGTP e da UGT são confrangedores, descreditando o movimento sindical, nestas áreas, onde os trabalhadores estiveram sempre mobilizados para o associativismo.

Um dos factores mais nefastos de tais centrais e seus Sindicatos, é da partidarização política na sua actividade sendo que os trabalhadores a certa altura já não sabem se estão filiados em Sindicatos ou em Partidos Políticos.

A resposta certa a estas questões está na aposta no Sindicalismo Autónomo e Independente consubstanciado na USI que cada vez cresce mais na sua influência no trabalho e na actividade laboral do país.

INSCREVE-TE NOS SINDICATOS DA USI



União dos Sindicatos Independentes

Av. Miguel Bombarda, 56 - 2º Esq. 1050-167 LISBOA

Tel./Fax. 21 7963583

Ficha Técnica

Director: Eng. Victor Martins, Editora: Drª Susana Mendes, Impressão: Meiotom Artes Gráficas Lda.

“O ESTADO DO PAÍS”

Intervenção do Coordenador da USI

Dr. Afonso Diz

1º de Maio de 2008



Todos os dias os órgãos de comunicação nos veiculam ou nos trazem notícias alarmantes sobre o estado do País. Nada que cada um de nós não tenha já intuído ou percebido.

Economia

Todos sabemos que o desemprego é o maior de há 20 anos. O fecho de empresas é diário. Se bem que abram novas empresas estas não são suficientes para criar um saldo positivo para o emprego. As deslocalizações de empresas estabelecidas em Portugal para países de mão-de-obra ao “preço da chuva” são o dia-a-dia. E que faz o Governo para combater esta sangria do País? Para além de protestos de boas intenções na prática nada faz, porque se desculpa, nada poder fazer! Quem é o ministro da Economia? (Dizem que é Manuel Pinho).

Administração Interna

A insegurança dos cidadãos é notória. Hoje, ninguém no seu perfeito juízo ou que não tenha absoluta necessidade, se passeia à noite por esta Lisboa e por muitas cidades deste País.

Quando a Polícia é agredida e atacada no interior das suas esquadras, que faz o Governo para promover a segurança? Nada!

Que interessa o que diz o Sr. Ministro da Administração Interna? Que vai reforçar os quadros da PSP e da GNR quando estas instituições se debatem com falta de estímulos e de meios, problemas vários que os descredibilizam? Mas este ministro diz que vai fazer bem, quando no passado só fez asneiras?! Não é este o Ministro da infeliz reforma do código penal, que despenalizou a droga e que permite que os pedófilos e outros criminosos provados aguardem julgamento em liberdade?

E quem é este egrégio Ministro? (Para os que não sabem, informamos que é o Rui Pereira).

Educação

Quanto à Educação já ouvimos as queixas e preocupações dos professores pela voz da Sra. Presidente da ASPL, bem elucidativa do estado do ensino em Portugal. Mas é bom lembrar que a Educação começa em casa, nas nossas famílias. Não será a Família a maior culpada pela degradação dos costumes e dos valores?

Saúde

E como vai a Saúde em Portugal? Depois das manifestações das populações revoltadas com o fecho indiscriminado das urgências e dos centros de saúde, o que aconteceu? Temendo o pior o Primeiro Ministro demitiu o utópico Correia de Campos. E, pelo menos, o País ficou mais calmo, diria sem febre. Mas é preciso melhorar o SNS e racionalizar e rentabilizar muitos serviços públicos de saúde.

Trabalho

Finalmente, falemos do Trabalho. Falando da calamidade do desemprego, vive-se hoje em Portugal num clima de terror perante a expectativa de se perder o Emprego, cada vez menos garantido e menos seguro. E, para agravar a situação, vem o Sr. Ministro do Trabalho a dizer que “Portugal é o País do mundo com a legislação laboral mais rígida”. Só um inconsciente poderá ter afirmado tamanho disparate! Quando estamos no processo de revisão do Código de Trabalho que confiança nos pode merecer este Ministro?! O Ministro que alterou a Lei de Bases da Segurança Social tornando as pensões de reforma, que temos, ainda mais miseráveis, que tranquilidade nos pode inspirar?

Quando diz que a revisão do Código do Trabalho tem como objectivo promover um novo compromisso social, mais equitativo e mais favorável à competitividade das empresas...

está a querer “fintar” os que trabalham por conta de outrem.

Com efeito, nós pensamos que o novo compromisso social está, há mais de trinta anos, na Constituição da República Portuguesa. Mas, por certo, que isso é presunção nossa!

Um compromisso social mais equitativo, mais favorável à competitividade das empresas ou à ganância dos patrões pequeninos e gananciosos? Porque será que a Banca, a EDP, a GALP, a CIMPOR, a PT, etc., etc. não se queixam da legislação laboral e, pelo contrário, dão cartas em Portugal e por esse mundo fora?

O Diagnóstico, apresentado, das relações laborais em Portugal está, por isso, viciado e é apenas pretexto para a desregulamentação do trabalho, a menorização e descrédito da negociação colectiva, a proliferação dos contratos individuais, dos recibos verdes e os despedimentos por tudo e por nada.

A USI e os Sindicatos Independentes não podem aceitar este atentado contra os direitos daqueles que vivem exclusivamente dos seus salários. Estamos perante um escandaloso ataque à paz social em que, democraticamente, temos vivido.

Propõe-se aumentar a adaptabilidade das empresas facilitando o despedimento e aumentando o desemprego. Como é possível pretender aumentar a qualidade do emprego se se facilitar a destruição de qualquer vínculo laboral? Facilitar ou flexibilizar os horários de trabalho, ou a criação de trabalho eventual ou sazonal, é o mal menor! O que está em causa é se não estamos a propiciar mais janelas de oportunidade ou de fuga para os nossos patrões mais saloio-espertos. Onde teremos a competente fiscalização ou inspecção de trabalho para pôr nos eixos os abusadores?!

Pretende-se “promover a regulação contratual colectiva”, mas vai mexer-se num dos princípios mais sagrados desta, que é o princípio da aplicação da lei mais favorável (art 4º e 531º de Código do Trabalho).

Mas pior: pretende-se também reservar as negociações colectivas para as confederações patronais e sindicais mais representativas, excluindo, assim, os sindicatos independentes (filiação ou não na USI) na elaboração dessas convenções colectiva.

É o que designamos por “espanholização” do regime laboral português. E ainda, transferir para as comissões de trabalhadores e equivalentes os “poderes delegados” dos sindicatos da negociação colectiva nas empresas com mais de 50 trabalhadores. Só podemos dizer não!

Pretende-se “racionalizar e reforçar a segurança das partes nos processos de despedimento”.

Com isso, e entre outros objectivos, pretende-se uma maior intervenção dos tribunais! E nós que sempre defendemos que os tribunais eram o último (ou penúltimo, se considerarmos a greve) dos recursos e a evitar sempre que possível!

Que, nos caso de despedimentos formalmente ilícitos, deixe de haver o dever de reintegração! Então será o “fartar vilanagem”!

Que no caso dos processos de impugnação dos despedimentos, que demorem além de um ano, seja o Estado a suportar os salários intercalares. Que bom que isso fosse verdade, não era?!

Pretende-se reforçar a efectividade da legislação laboral mexendo nas coimas. Mas estas são irrisórias para os bancos e para as grandes empresas! Por outro lado, não se prevê o reforço dos quadros inspectivos. Ora se o Estado não zelar pelo cumprimento das leis, quem o fará? Os patrões?

Pretende-se “combater a precariedade e segmentação promover a qualidade do emprego”.

Estamos de acordo com a redução da duração dos contratos a prazo para três anos e bem como a interdição dos estágios profissionais não remunerados.

Estamos todos presentes no combate à chaga dos recibos verdes!

Mas como é possível conciliar estes objectivos e obter qualidade de trabalho se se facilitam os despedimentos e a desregulamentação das leis laborais? Quem acredita que existe flexisegurança na Dinamarca se os próprios dinamarqueses dizem que não existe?

Será possível instituir em Portugal e por decreto a flexisegurança? Quem acredita nesta utopia? Certamente que nós, USI e sindicatos independentes, não acreditamos.

Acreditamos, isso sim, que a prometida revisão do Código do Trabalho seja uma boa oportunidade para o debate de ideias e soluções, como o foi em 2003. Mas por favor: **não nos vendam “gato por lebre”!**

**Meus Amigos,
Portugal pode contar com os
Sindicatos Independentes!
Vivam os trabalhadores portugueses!
Viva o 1º de Maio!
Viva Portugal!**



Sindicato Independente do Comércio e Serviços
Av. Miguel Bombarda, 56 - 2º Esq. 1050-167 LISBOA
Tel./Fax. 217951107 Tlm. Porto 965370448

Opinião

CARLOS VICENTE
(SICOMP)COMENTÁRIOS
SOBRE A FLEXISEGURANÇA

A flexisegurança, significa falar de 2 conceitos, a flexibilidade e a segurança aplicados às relações laborais entre empregadores e trabalhadores. Os empregadores pedem flexibilidade nos contratos a estabelecer com os trabalhadores, estes, pelo seu lado, pedem segurança no trabalho.

O equilíbrio pertence ao Estado, enquanto entidade legisladora, árbitro e garante da segurança social, mas não o pode fazer unilateralmente sem uma negociação que tenha em conta os interesses das partes envolvidas que terão de ser ajustadas de forma a encontrar um objectivo comum.

A União Europeia, definiu já as linhas gerais da flexisegurança a serem discutidas e analisadas pelos 27 países membros, das quais as linhas chave são as seguintes:

**FLEXIBILIZAÇÃO CONTRATUAL; FORMAÇÃO CONTÍNUA;
POLÍTICAS ORIENTADAS PARA O MERCADO DE TRABALHO;
MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA SOCIAL.**

A esta realidade, não podem ficar indiferentes os trabalhadores e as suas organizações representativas, bem como a posição a tomar perante elas, dada a complexidade das questões em causa.

Com efeito, existem interesses diferentes relativamente aos actores sociais em presença - empregadores e trabalhadores.

Os empregadores dizem que não podem ter leis laborais tão rígidas que não lhes permita adequar as suas empresas às oscilações e necessidades do mercado. Os trabalhadores dizem, também, que não se podem sujeitar às oscilações do mercado de emprego, não tendo garantia do seu sustento e dos seus familiares.

Independentemente, das razões das partes envolvidas, a realidade é que a economia não tem fronteiras e hoje encontra-se globalizada e se esta globalização tem vantagens especialmente para os patrões dos países mais ricos, ela criou dificuldades a todos os trabalhadores.

Nestas circunstâncias os Estados, de países como Portugal, têm sérias dificuldades em responder às pressões sociais. Perante tudo isto, não restará outra saída que não seja o entendimento entre as partes envolvidas.

Os trabalhadores, através dos seus sindicatos, têm de compreender que os empregadores não são entidades abstractas e estão sujeitas às oscilações do mercado e têm necessidade de se lhe adaptar.

Assim os empregadores têm de fazer um esforço para se modernizarem e adaptarem às novas exigências do mercado global.

Deste modo, os parceiros sociais, Estado, Entidades Patronais e Organizações Representativas

dos Trabalhadores, têm de assumir uma atitude responsável, relativamente à Concertação Social, que terá de ser um palco de resolução de problemas efectivos e, neste caso concreto, a negociação da Flexisegurança pode e deve ser um factor dinamizador, na adaptação da sociedade às novas dinâmicas do mercado e será necessariamente, uma referência para empregadores e trabalhadores. No entanto, terá de haver bom senso e boa-fé negocial no sentido de se conseguir um equilíbrio que permita satisfazer os interesses das partes. A concertação social no nosso país, não poderá ser, como tem acontecido, um palco de disputas político-partidárias e sustento de um sindicalismo do sistema, a ser utilizado consoante os seus interesses. Exige-se uma nova cultura, que só poderá ser assumida através de uma atitude pragmática e séria, isto é, o desenvolvimento económico do país é uma necessidade vital, mas não pode esquecer os interesses sociais, que são a base do desenvolvimento económico. Por outro lado o Conselho Económico e Social terá de ter uma composição de acordo com a realidade laboral existente no País. A CGTP e a UGT são apenas uma parte do movimento laboral e não a sua totalidade, uma vez que uma parte importante dos trabalhadores portugueses em vários Sectores de Actividade, como a Banca, as Comunicações, os Transportes e a Saúde, estão representados na USI - União dos Sindicatos Independentes, e a sua participação não pode ser ignorada neste e em todos os processos da actividade social e laboral do país.

Notícias Sindicais

ANTÓNIO CAPINHA ROQUE
Presidente da ASOSI



A GARANTIR O FUTURO DOS TRABALHADORES

A ASOSI - Associação Sindical do Sector Energético e Telecomunicações, surgiu no mundo sindical, devido a alguma bipolarização sindical na EDP, onde a CGTP e UGT repartiam as suas posições em temáticas nacionais, sem a preocupação de defender a orla das cidades e o interior do país.

A ASOSI de dimensão nacional, surgiu na Região Centro do País e tem como objectivo a defesa dos interesses dos trabalhadores da EDP, a sua promoção, formação profissional, cultural e humana.

Embora se entenda que o colectivismo está subjacentes à criação do Sindicalismo, é cultura da ASOSI o apoio ao trabalhador, a defesa da sua carreira profissional e sua realização individual.

As maiores dificuldades dos dirigentes da ASOSI consiste na aposta em fazer acreditar que, para além daquele sindicalismo distante dos problemas concretos, devido ao afastamento dos sindicalistas dos seus locais de trabalho, existem

Sindicatos que podem ajudar a solucionar situações reais dos trabalhadores.

O grande objectivo em 2008 é lançar as premissas necessárias para que ASOSI se torne no futuro numa das mais representativas organizações sindicais no sector energético e telecomunicações. Para isso conta com a ajuda da USI a qual se integra num Sindicalismo mais Global, não de terceira vida apaziguadora, mas respeitando a autonomia, a liberdade e independência sindical, rejeitando o cúpulismo burocrata das centrais, que tolhem os novos organismos de base trilhando caminhos, de perseverança, apresentando propostas concretas que promovam a progressão nas carreiras profissionais. O fortalecimento e afirmação da via sindical proposta pela USI é fundamental para que possamos de forma plena participar na vida pública e institucional em defesa dos trabalhadores portugueses.

A INFLAÇÃO

Um dos argumentos que tem sido mais utilizados pelo Governo ao longo dos últimos três anos é que, segundo ele, a sua política se caracterizaria pelo rigor e transparência. No entanto, a manipulação da taxa de inflação tem sido sempre um instrumento utilizado para impor sacrifícios aos trabalhadores. Efectivamente, a taxa de inflação prevista, que consta todos os anos do Orçamento de Estado, tem sido sistematicamente inferior à que depois se verifica. Mas é a taxa prevista que o Governo utiliza para actualizar os escalões do IRS e outras deduções. É também utilizando a taxa de inflação que ele próprio fixou, que impõe aos trabalhadores da Administração Pública um aumento de vencimentos reduzido, e que depois até diga que ele até permitiu aumentar o poder de compra destes trabalhadores. Para os trabalhadores da Administração Pública o aumento salarial é de apenas 2,1%. No sector privado situa-se nos 2,7%.

Em contrapartida, os benefícios fiscais, nomeadamente às empresas que fazem perder ao Estado, todos os anos, milhões de euros de receitas fiscais, desapareceram.

É verdade que o início do novo ano traz os desejados, mesmo que singelos, aumentos salariais, mas, ao mesmo tempo, os preços também aumentam. Para todos, alguns bens essenciais vão mesmo ficar, este ano (2008), mais difíceis de

comprar, e com subidas muito superiores à inflação prevista. A exemplo disso, temos os transportes públicos que em média aumentam 3,9%, o gás entre 4,3% e 5,6%, a electricidade 2,9%, os bens alimentares em geral entre 5% e 10% e o pão, escandalosamente, poderá vir a aumentar 30%. E ainda há o risco das taxas de juro subirem bastante mais, aumentando assim os custos do endividamento das famílias.

É possível afirmar que estamos perante mais um ano em que uma parte significativa dos portugueses não consegue um aumento real nos seus salários, e sendo certo que a nossa produtividade fica aquém da maior parte dos nossos congéneres europeus e que sem a inversão deste dado será difícil pensar num crescimento maior dos ordenados, é fácil pensar que trabalhar não compensa em Portugal, onde o salário mínimo foi fixado em 426 euros, com um aumento de 23 euros.

É quase irónico que o primeiro-ministro tenha dito aos milhões de portugueses que vão usufruir deste acréscimo que esta é a «maior actualização do salário mínimo da última década», quando não chega sequer para pagar a mensalidade média de uma ligação à banda larga do tão apregoado «choque tecnológico».

Susana Mendes

Notícias Sindicais

ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS DA PT

Em Junho de 2007, a USI, representada pelo **Dr. Afonso Diz e Eng. Victor Martins**, participaram nesta importante assembleia da PT, onde foi aprovado o «SPIN - OFF» PT MULTIMÉDIA e a separação do negócio de rede cobre da rede cabo, assim traduzindo um manifesto apoio à gestão do Dr. Henrique Granadeiro e da sua equipa.

DINAMIZAÇÃO DA USI

REUNIÕES COM OS SINDICATOS INDEPENDENTES DA POLÍCIA.

Em Julho, na Sede do SINAPOL e com a presença de um Dirigente Sindical Europeu da Polícia, realizou-se um encontro de reflexão. A USI participou no evento tendo manifestado a sua solidariedade ao movimento dos Sindicatos da Polícia Portuguesa na defesa dos seus legítimos direitos. Registe-se que, apesar de convidados, tanto a UGT como a CGTP não compareceram na referida reunião.

REUNIÕES COM SINDICATO DOS OFICIAIS DA JUSTIÇA.

A USI, representada pelo **Dr. Afonso Diz e Eng. Victor Martins**, tem tido contactos formais e informais com o Presidente do SOJ, **Carlos de Almeida**, verificando-se pontos de vista comuns sobre o movimento sindical, nomeadamente quanto ao Sindicalismo Independente.

CONSELHO COORDENADOR DA USI (REUNIÃO ALARGADA).

Dia 13 de Setembro de 2007, realizou-se a reunião mensal da USI, com a presença de vários convidados, entre os quais o SINAPOL, o SPP/PSP e o SOJ, tendo sido debatidos temas como a **Flexissegurança e a Política de Rendimentos e Preços para 2008**.

GRUPO PARLAMENTAR DO PSD ENTREGA NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA UM PROJECTO - LEI, RELATIVO À ENTRADA DA USI NO CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL (CES).

No dia 19 de Junho de 2007, o Secretário - Geral dos TSD, Deputado **Arménio Santos**, do PSD fez a entrega oficial de um Projecto-Lei que propõe a **USI como membro do CES**. Espera-se que até ao final do ano 2008, a nossa justa e legítima aspiração seja analisada e aprovada pela Assembleia da República.

SEMINÁRIO SOBRE ASSÉDIO MORAL

Por iniciativa do ISCTE e tendo como coordenador o Prof. Dr. Paulo Pereira de Almeida, realizou-se num Hotel de Lisboa, um seminário sobre o ASSÉDIO MORAL.

Presentes a CGTP e USI. Esta fez uma intervenção, a cargo da **Dra. Margarida Geada**.

O seminário contou com a presença do **Dr. Victor Ramalho**, Deputado do PS e Presidente da Comissão de Trabalho da Assembleia da República, que moderou o Colóquio.

ENCERRAMENTO DA 1ª PÓS - GRADUAÇÃO EM SINDICALISMO E RELAÇÕES LABORAIS

No dia 24 de Outubro, na Sede do SNQTB, foi realizada a cerimónia de encerramento deste curso universitário. Com a distribuição de diplomas aos alunos que concluíram com sucesso a pós-graduação. Foram igualmente distribuídos três prémios (pecuniários) aos melhores alunos:

- Dr^a. Isaura Mendes, melhor aluno em termos absolutos;
- Dr. Luis Ferraz, melhor aluno licenciado;
- D. Manuela Delgado, melhor aluno não licenciado.

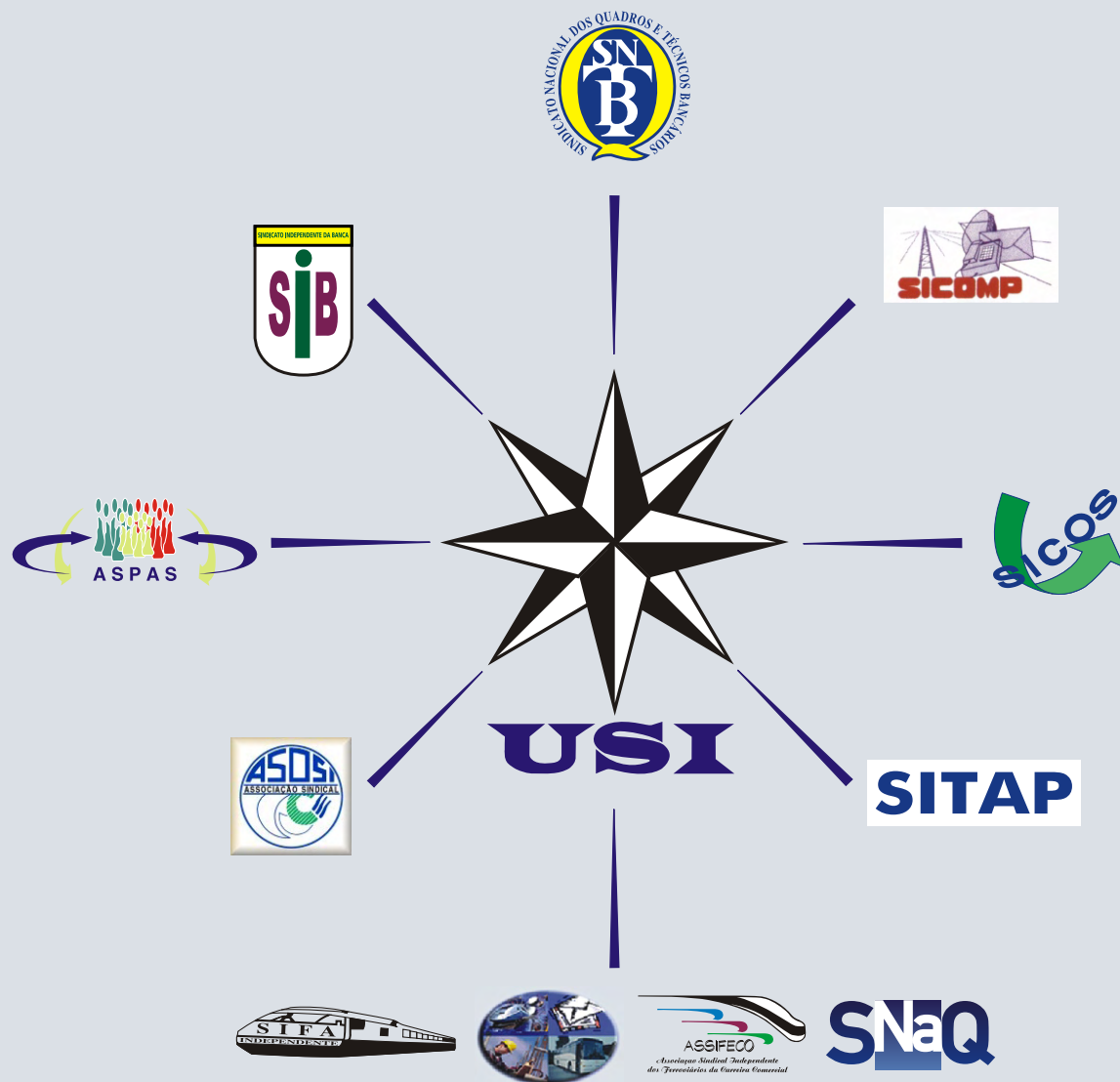
O curso decorreu com muito entusiasmo dos alunos e com agrado e competência dos docentes do ISCTE. Terminaram o curso com bom aproveitamento treze alunos e sindicalistas.

CES - USI na ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

No dia 22 de Janeiro de 2008, uma delegação da USI (Dr. Afonso Diz, Eng. Victor Martins, Dr. Franklim e Sr. Carlos Rei) foi recebida pela Comissão Parlamentar de Trabalho, constituída pelo Presidente Deputado Victor Ramalho, Vice-Presidente Deputado Arménio Santos e outros Deputados do PS e do PSD. Nessa reunião foi feito o ponto da situação sobre o processo

de integração da USI no Conselho Económico e Social. A reunião decorreu em ambiente aberto e construtivo, ficando a ideia de que, quando concretizada, esta medida terá uma mais valia para o CES, que se pretende um órgão o mais abrangente e transversal possível na área socio-económica portuguesa.

USI - UNIÃO DOS SINDICATOS INDEPENDENTES



SNQTB - Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários
ASOSI - Associação Sindical de Trabalhadores do Sector Energético e Telecomunicações
ASPAS - Associação Sindical Administrativo de Saúde
FENTCOP - Sindicato dos Trabalhadores das Comunicações e Obras Públicas
SIB - Sindicato Independente da Banca
SICOMP - Sindicato das Comunicações de Portugal
SIFA - Sindicato Independente dos Ferroviários e Afins
SNaQ - Sindicato dos Quadros Técnicos
SICOS - Sindicato Independente do Comércio e Serviços
ASSIFECO - Associação Sindical Independente dos Ferroviários da Carreira Comercial
SITAP - Sindicato Independente dos Trabalhadores da Administração Pública

“Pela Representação do Sindicalismo Independente Português”